

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Pregão Eletrônico n.º 07/2022

ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 15.330.687/0001-09, com sede na SEP 511 Bloco B, 4º andar, Parte B. Edifício Bittar III, Asa Norte, Brasília, CEP n.º 70.750-542, Distrito Federal, representado por seu administrador, DANIEL CARVALHO BORDIN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG n.º 1.326.965 SSP/DF e inscrito no CPF n.º 578.755.701-82, e-mail: daniel.bordin@opensingular.com, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, vem à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seus procuradores subscritos, com fulcro no artigo 109, III, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n.º 10.520/2002, art. 44 do Decreto n.º 10.024/2019, e item 11.2.3. do referido Edital apresentar as CONTRARRAZÕES

ao recurso administrativo interposto pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.033.739/0001-86, em face da decisão que declarou o presente RECORRIDO como vencedor do certame, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

#### I – DA TEMPESTIVIDADE E DO PRAZO LEGAL PARA RECEBIMENTO DAS CONTRARRAZÕES

O respectivo edital de licitação deve prever o prazo para julgamento dos recursos interpostos em consonância com o prazo previsto na legislação pátria.

Notemos o descrito no Art. 109, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

Artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

O art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, prevê em seu inciso XVIII o prazo legal para interposição de recurso pelo licitante, in verbis:

Artigo 4º, XVIII da Lei Federal 10.520/2002 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Notemos o descrito no art. 44 do Decreto n.º 10.024/2019. Portanto, norma específica sobre a matéria:

Artigo 44, do Decreto n.º 10.024/2019 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

Notemos o descrito no tópico 11.2.3. do referido edital:

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Nesse ínterim, o prazo final das presentes contrarrazões esgota-se no dia 13/07/2022, razão pela qual encontram-se perfeitamente tempestivas.

#### II – DOS FATOS

Foi publicado o Edital de Pregão Presencial n.º 07/2022, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com o critério de julgamento menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global. O objeto do edital é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de subscrição de solução de Tecnologia da Informação tipo NOCODE para geração e publicação de formulários eletrônicos, geração de fluxo de trabalho e estruturação de dados, com funcionalidade de integração ao sistema Sistema Eletrônico de Informações – SEI!, pelo período de 12 (doze) meses e serviços de personalização, automatização de formulários, manutenção de processos, consultoria e

treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA apresentou a melhor proposta e foi declarada habilitada e vencedora.

Entretanto, a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA interpôs recurso administrativo suscitando a tese de: (1) foram ofertados preços inexequíveis; bem como (2) a empresa declarada vencedora do certame utilizou-se de robôs para inserir seus preços, em suposta infração ao princípio da isonomia.

Será comprovado abaixo, de forma clara e objetiva, que tais argumentos suscitados pelo RECORRENTE são incorretos e imprecisos, e possuem a aparente finalidade de confundir o(a) Ilmo(a). Pregoeiro(a) para tentar lograr êxito no pleito.

Ressalte-se que a documentação de habilitação da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA não foi questionada e que a proposta apresentada seguiu os modelos exigidos em edital.

### III – DO DIREITO

#### III.1 – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DA VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA E DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO

Inicialmente cumpre salientar que o edital não delimita um valor mínimo para as propostas, até porque não poderia.

A TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não incluiu em seu recurso qualquer prova ou sequer indício concreto de que a proposta da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA é inexequível, limitando-se a invocar o art. 48, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Ocorre que o art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666/1993 deve ser interpretado caso a caso e não devem ser aplicados com absoluta presunção. Este é o entendimento do Enunciado de Súmula n.º 262 do Tribunal de Contas da União (TCU), veja-se:

Enunciado de Súmula n.º 262 do TCU - O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Dessa mesma forma, a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que os limites calculados com base no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666/1993, não devem ser considerados sob absoluta presunção.

Esse posicionamento é defendido por Lucas Rocha Furtado na obra "Curso de Licitações e Contratos Administrativos" nos seguintes termos:

Pelo exposto, verificamos que a lei define critérios objetivos a fim de que determinada proposta seja considerada inexequível. Não se afigura defensável, porém, transformar em absoluta presunção do § 1º do art. 48 [da Lei 8.666/93] mencionado. Ainda que a aplicação de critérios matemáticos resulte na desclassificação de determinada proposta, se a licitante puder comprovar a exequibilidade de sua proposta, não é razoável proibir a administração de realizar contratação vantajosa. Trata-se de questão de fato e não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria administração, por meio da realização de diligência.

Nesse sentido, eventual desclassificação da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA sob a mera alegação da suposta inexequibilidade de sua proposta pela aplicação (equivocada) do disposto no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666/1993 seria manifestamente contrário aos precedentes do TCU, veja-se:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. CONHECIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. DETERMINAÇÕES. A desclassificação indevida da proposta de menor preço, considerada inexequível em decorrência da aplicação equivocada das regras insculpidas no art. 48, da Lei 8.666/93, justifica a anulação do ato irregular praticado bem como dos demais atos que dele tenham decorrido.

(TCU 02814520079, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 27/02/2008)

\*\*\*

RELATÓRIO DE AUDITORIA. PREGOEIRO. PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS. DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011. MULTA. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. PREGÃO. ATOS DE OFÍCIO. PREGOEIRO. INOCORRÊNCIA. CONDUTA DO RESPONSÁVEL. CIRCUNSTÂNCIAS DE FATO. GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA. SOPESAMENTO. TORNAR SEM EFEITO A MULTA APLICADA. PROVIMENTO.

(TCU - RA: 03590320112, Relator: RAIMUNDO CARREIRO, Data de Julgamento: 27/07/2016, Plenário)

Dessa forma, em respeito aos princípios da vinculação ao edital, da vantajosidade da proposta e da vedação a restrição ao caráter competitivo da licitação, a proposta da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA deve ser aceita.

#### III.2 – DOS QUESITOS FÁTICOS ACERCA DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRIDA

Conforme se depreende da peça recursal, a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA busca alegar que a ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA seja afastada do certame em razão de seus preços serem, supostamente, inexequíveis, devido ao preço praticado no Item 2 - prestação de serviços de personalização, integração e automatização de formulários, na solução ofertada.

Destaca-se, que no decorrer do certame em questão, houve grande e verdadeira disputa de preços, a qual revela a existência de outros players no mercado, os quais ofertam soluções diversas daquela apresentada pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Tal disputa inclusive foi explicitada na peça recursal, onde a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA afirma: "Assim, conforme se depreende da etapa competitiva de lances, houve grande concorrência de lances, tendo a primeira e a segunda empresas qualificadas disputado de modo voraz, apresentando diversos lances sucessivos."

Iniciando com as alegações distorcidas da TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, ela alega em sua peça que:

"[...] No âmbito daquele certame, a empresa Atom Tecnologia em Informação Ltda. orçou os valores de R\$ 295.000,00 e R\$ 145,00, pelos itens 1 e 2, respectivamente." "Acontece que no presente certame a empresa Atom, em sentido diametralmente oposto àquele esperado em um cenário inflacionário, no qual todos os insumos de mão de obra foram majorados, apresentou, pelo item 2, valores que chegam a R\$ 102,85. Ou seja, em um curto interstício de tempo, sob grande pressão inflacionária e sem alterações tributárias, no qual há referências dos salários dos prestadores de serviços, a empresa declarada vencedora ofertou um desconto superior a 30% sobre os preços praticados no âmbito do Pregão Eletrônico 56/2021."

Tais informações são incorretas e a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA tenta, desta forma, confundir a Comissão de Licitação com valores divergentes.

Vamos aos fatos. Os valores informados pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não são os valores efetivamente ofertados no pregão eletrônico n.º 56/2021 pela ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA.

O valor para a o item 2 ofertado de forma final no Pregão Eletrônico n.º 56/2021 foi de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e não o valor de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais). Vale ressaltar que a ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA ficou em 4º (quarto) lugar neste mencionado pregão, não participando da briga efetiva dos preços e deixando desta forma, margens maiores para o caso de desclassificação dos concorrentes mais bem classificados. Estratégia comercial que resultou na perda do certame pela ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA.

Ainda assim, é possível verificar que o valor final do item 2 ofertado pela ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA no pregão eletrônico 07/2022 do MAPA de R\$ 102,85, é apenas 14,29% abaixo do valor verdadeiro oficial ofertado no pregão eletrônico n.º 56/2021 (R\$ 120,00).

Nesse passo, somente a diferença de especificidades dos órgãos, das especificidades das regras do edital, a disputa pela vitória do pregão, já justificariam tal desconto no valor. Ainda assim, é importantíssimo deixar claro que o pregão eletrônico n.º 07/2022 do MAPA se trata de formação de uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a cooparticipação de mais 2 (dois) órgãos (IBRAM e FUNAI), com a possibilidade de venda para até 6 (seis) órgãos, em caso de interesse, poderem fazer adesão/carona a mesma, caso achem os valores vantajosos e seguindo todos os princípios da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais vigentes.

Ainda utilizando-se de argumentos distorcidos e não aplicáveis a este certame a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA explica em sua peça recursal que:

"[...] é importante ressaltar que a recente Portaria SGD/ME n.º 5.651, de 28 de junho de 2022, que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, traz capítulo próprio com diretrizes para a definição dos valores da contratação, "para definição do valor de referência, do valor máximo da contratação e do patamar mínimo de presunção relativa de inexecuibilidade."

Complementando esta linha de raciocínio a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA menciona o "Fator K" e custos de mercado por perfil de profissional, jogando esses conceitos sem efetuar nenhum racional de cálculo para declarar como inexecuível.

Por conseguinte, mencionar dados aleatórios sem um demonstrativo de cálculo ou mesmo raciocínio não traz qualquer valor ao recurso interposto, o que indica apenas interesse em obstaculizar o andamento do pregão.

Tal argumento suscitado pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não se aplica de forma alguma a esta licitação, por divergir completamente do objeto licitado, que não se trata de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software. Logo, tais argumentos subsequentes com relação a esta linha de raciocínio aparentemente buscam confundir esta Comissão de Licitação, e devem ser desconsideradas.

De mais a mais, o Objeto da licitação se trata da contratação de uma solução e serviços prestados em cima da solução ofertada. A solução apresentada para o pleito pela Recorrente foi a ferramenta de BPMS Low-code LECOM, enquanto a solução ofertada pela vencedora ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA foi a Solução No-code Singular Studio. Soluções de naturezas diferentes e produtividades totalmente diferentes, logo, preços diferentes também.

Desta forma, como houve a concorrência de empresas distintas, apresentando soluções distintas, cada empresa possui formas diferentes de realizar seus serviços, com produtividades e custos totalmente distintos. A TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não tem como equiparar seus custos de produção com os custos de produção das demais licitantes, por se tratar de soluções e metodologias distintas.

Por essa razão, o pregão apresentou o formato de um único grupo, como melhor preço global, abrangendo os 2 (dois) lotes a fim de obter apenas um vencedor e abarcar a complexidade dessa composição de custos e produtividade.

Fazendo uma análise dos valores finais deste pregão eletrônico, conseguimos chegar aos seguintes fatos:

A diferença entre o Valor final do item 2 da Recorrente (R\$ 133,00) e do valor final da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA (R\$ 102,85) é de apenas 22,67%.

A diferença entre o Valor final do item 2 da segunda colocada (R\$ 110,50) e do valor final da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA (R\$ 102,85) é de apenas 6,92%.

E, conforme já descrito nos fatos acima, que o critério de julgamento do pregão foi o de menor preço global, podemos fazer a análise mais importante que é dos valores do grupo (itens 1 e 2) finais ofertados para a licitação.

A diferença entre o Valor final do GRUPO da Recorrente (R\$ 2.709.800,00) e do valor final da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA (R\$ 2.341.610,00) é de apenas 13,59%.

A diferença entre o Valor final do GRUPO da segunda colocada (R\$ 2.343.118,00) e do valor final da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA (R\$ 2.341.610,00) é de apenas 0,064%.

Apesar da grande proximidade de preço entre a ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA e segunda colocada, a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não buscou demonstrar a inexecuibilidade da segunda colocada, o que se estranha.

Observamos de forma clara e objetiva que não são encontradas discrepâncias exorbitantes entre as concorrentes, que sejam passíveis de declarar uma inexecuibilidade de preços.

Ainda assim, podemos buscar tais parâmetros na lei e no item 8.7 do referido edital, que diz: "Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta."

A média dos preços ofertados neste pregão eletrônico foram:

- Para o valor do grupo: R\$ 2.615.799,50;
- Para o valor do item 2 questionado: R\$ 1.815.327,50.

Os valores finais ofertados pela ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA foram:

- Valor do grupo: R\$ 2.341.610,00 (89,52% do valor da média do grupo);
- Valor do item 2 questionado: R\$ 1.501.610,00 (82,72% do valor da média do item).

Desta forma, mais uma vez observamos de forma clara e objetiva que os valores finais da ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA se encontram muito próximo da média ofertada no pregão eletrônico, e maior do que o edital e a legislação vigente parametrizam como proposta inexecutável.

Mais uma vez reiteramos que a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA valeu-se de informações e alegações incorretas, indevidas e inadequadas, para tentar desqualificar a concorrência aberta e saudável observada neste pregão.

### III.3 – DOS ALEGAÇÃO DA SUPOSTA UTILIZAÇÃO DE ROBÔS

A TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA não se ateve ao fato que o preço vencedor do referido certame é o valor global, ou busca novamente confundir a Comissão, com informações inverídicas sobre o ocorrido no pregão.

A TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA afirma em sua peça recursal que: "... Com efeito, cita-se, a título exemplificativo, que aquela empresa ofertou, de maneira automatizada – e concorrendo contra ela mesma – os dez últimos lances da etapa competitiva do certame, baixando seu preço de R\$ 104,43 – que já garantiriam a vitória no certame – para R\$ 102,85."

Analisando objetivamente e claramente, ao final da disputa entre a vencedora ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA e a segunda colocada (nos últimos 10 – dez – lances), por questões de estratégia comercial particular das empresas, a vencedora estava alterando apenas os valores do item 2, enquanto a segunda colocada estava alterando apenas os valores do item 1. Lembrando mais uma vez que o lance vencedor seria aquele que tivesse o melhor valor para o GRUPO.

Ainda assim, se a ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA, tivesse finalizado seus lances com o valor unitário do item 2 em R\$ 104,43 como exemplificado pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, teria ficado com o valor total para o grupo de R\$ 2.364.678,00, valor este acima do valor final da segunda colocada que foi de R\$ 2.343.188,00. Desta forma, a ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA teria perdido o pregão.

Mesmo que, conforme a TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA reconhece em sua peça recursal que "não haja vedação expressa à prática em comento", reafirmamos categoricamente que se nega a utilização de tais mecanismos no Pregão Eletrônico n.º 07/2022 em comento.

Assim, reitera-se que, embora não seja expressamente vedado, NÃO FOI UTILIZADO NENHUM TIPO DE ROBÔ OU SOFTWARE DE REMESSA AUTOMÁTICA DE PROPOSTAS COMERCIAIS OU LANCES POR PARTE DA ATOM TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO LTDA.

As declarações da TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA em sentido contrário são meras especulação sem nenhuma evidência ou raciocínio válido, ou mesmo sequer embasamento legal expresso.

### IV – PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria o não-provimento do recurso interposto pela TS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.033.739/0001-86.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Brasília, 12 de julho de 2022.

ANDRÉ CORREA TELES  
OAB/DF n.º 41.363  
ANDRÉ TELES ADVOGADOS  
OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.  
CNPJ n.º 38.715.487/0001-61

MATHEUS SEGMILLER CRESTANI PEREZ  
OAB/DF n.º 55.172  
ANDRÉ TELES ADVOGADOS  
OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.  
CNPJ n.º 38.715.487/0001-61

**Fechar**

